

# AS RÁDIOS PIRATAS EM PORTUGAL – CONTRIBUTOS PARA UM PERCURSO

ANA ISABEL REIS

aisabelreis@gmail.com

## DOS SENFILISTAS ÀS RÁDIOS PIRATAS

Em Portugal as primeiras ‘rádios’ foram feitas por aficcionados que estavam a par dos progressos internacionais na telegrafia sem fios. Os senfilistas construíram os próprios equipamentos que iam aperfeiçoando. Emitiam a partir de casa, ao serão, em estúdios improvisados depois de um dia de trabalho. A rádio era o seu *hobby*. Mas havia também projetos mais profissionais que, nos anos 1920, se transformaram nas primeiras emissoras com carácter regular. Durante duas décadas as rádios preencheram as frequências livres enquanto os serviços dos Correios e Telégrafos selaram alguns postos emissores (Maia, 1995: 38). Em face da anarquia e saturação nas frequências foi criada a Direção Geral dos Serviços Radioelétricos e elaborada a primeira regulamentação para o setor. Assim, a rádio deixa de emitir a partir da casa dos senfilistas para só voltar a ter um cenário idêntico décadas depois, nos anos 80, com a popularização das piratas ou livres e na transição do milénio com as *webrádios* e o *podcast* na Internet.

Na década de 30 assistiu-se à profissionalização do setor marcado pelo surgimento das três grandes emissoras: o Rádio Clube Português (RCP), a Emissora Nacional (EN), e a Rádio Renascença (RR). Subsistiram também as denominadas ‘rádios minhocas’: amadoras, de dimensões estruturais e financeiras reduzidas (Santos, 2003: 52). Este cenário manteve-se durante décadas. E não é muito diferente do que vem a resultar da legalização das piratas.

Em 1974, a rádio era ainda o meio de comunicação predominante nos lares portugueses. Foi, por isso, protagonista da revolução do 25 de Abril (Reis & Lima, 2014). E, tal como nos jornais, as rádios foram também palco das disputas políticas e das tensões que se viveram na época. O programa do MFA (Movimento das Forças Armadas) aboliu a censura e o exame prévio, mas manteve o controlo dos órgãos de comunicação social para “salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários”<sup>1</sup>. No programa o MFA assumiu o compromisso de que o Governo Provisório “obrigar-se-á a promover imediatamente” a promulgação de uma “nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema”<sup>2</sup>. Apesar das tentativas de criar um quadro legal para o setor só em 1988 se concretizou a publicação da Lei da Rádio.

Em 1975, o Governo anunciou a intenção de acabar com as concessões privadas na radiodifusão que é entendida como “um serviço público devotado a uma importantíssima função social”<sup>3</sup>. No decreto que nacionalizou as emissoras, com exceção da RR e mais duas<sup>4</sup>, alude-se a emissões privadas espalhadas pelo país: “Chegamos ao extremo contra-senso de várias estações emissoras povoarem as serras de Portugal com as suas torres, os seus serviços técnicos de apoio, o seu pessoal privativo, as suas linhas de fornecimento de energia, numa dispersão de meios e esforços que malbarata e anula o potencial de criatividade de que, apesar de tudo, inegavelmente dispomos”<sup>5</sup>. O reconhecimento destas emissões é tido como um prenúncio do que vai acontecer na década seguinte (Queirós, 2001: 19-20). Não há registo de rádios piratas ou livres

<sup>1</sup> Programa do MFA de 10 de setembro de 1975, Documento informativo nº1, Processo nº 04.05.01

<sup>2</sup> Programa do MFA de 10 de setembro de 1975, Documento informativo nº1, Processo nº 04.05.01

<sup>3</sup> Decreto-Lei n.º 674-C/75 de 2 de Dezembro de 1975

<sup>4</sup> Rádio Altitude da Guarda e a Rádio Pólo Norte no Caramulo (mais tarde denominada Rádio Clube do Centro)

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 674-C/75 de 2 de Dezembro de 1975

nesta época, embora os primeiros pedidos de licenciamento datem do ano seguinte. Todos foram indeferidos porque o Governo não estava interessado (Sousa, 2002: 13) e porque não havia um quadro jurídico adequado, mantinha-se a lei anterior herdada do antigo regime (Azevedo, 2001: 114). Assim, depois de 1974, a hegemonia dos dois grupos foi reforçada, e o duopólio manteve-se até meados da década seguinte (Sousa, 2002: 6), altura em que se dá a explosão das piratas.

A partir de 1975, a Emissora Nacional e as rádios privadas nacionalizadas passaram a denominar-se Empresa Pública de Radiodifusão. A Renascença iniciou a ampliação da rede de emissores através da “Campanha dos Novos Emissores”, lançada pela Liga dos Amigos da RR em 1978, e que daria frutos na década seguinte na conquista das audiências. É neste contexto que em 1977 surge o primeiro projeto pirata: a Rádio Juventude. Mas só a partir de 81/82 se dá o verdadeiro *boom*, enquanto na Europa o fenómeno teve projeção desde os anos 60.

## AS RÁDIOS PIRATAS NA EUROPA E EM PORTUGAL

Badenoch (2013) situa o precedente das emissões piratas na Europa em 1952, quando um navio norte-americano fundeado no Mediterrâneo Oriental (em Rodes) transmitiu a Voz da América para o sudeste da Europa. Este tipo de emissão fazia parte da estratégia de mobilidade da estação anunciada pelo Presidente Truman. Aliás, as transmissões a partir do alto mar foram já interpretadas como fazendo parte de uma estratégia de afirmação política e territorial por parte das nações (Peters, 2011). Mas a “era pirata”, como Badenoch lhe chama, começa seis anos mais tarde com a dinamarquesa Radio Mercur a emitir a partir de um navio entre Copenhaga e Malmö. O caso é agendado para discussão na Conferência World Administrative Radio Conference da ITU (International Telecommunications Union) em 1959, quando já havia outros “navios-rádios-piratas” oriundos dos

países nórdicos, Reino Unido e Alemanha. Quase todos regressaram a terra em silêncio até meados da década seguinte com exceção de uma rádio emblemática: a Rádio Caroline, que, desde 1964, navegava em águas fora do alcance das autoridades britânicas.

O formato radiofónico *all-day music station* da Caroline era inovador (Starkey, 2011: 161), tratava-se de uma emissora profissional ouvida por uma larga faixa da população sobretudo jovem e cujo impacto, segundo Crisell (1994: 31), foi “sensacional”. A Caroline abalou as estações instituídas e o poder que, com medidas legislativas, a tentou calar e às rádios similares que entretanto surgiram. Desde então a Caroline tornou-se num símbolo de inovação e resistência que persiste até hoje. O sucesso já tinha sido antecipado pelas emissões da Radio Luxembourg que chegavam ao Reino Unido, e que o governo tentou impedir, e amplificou-se com o surgimento de outras, ancoradas em navios. Porque emitiam à margem da lei estas rádios eram denominadas de piratas<sup>6</sup>, mas também são conhecidas por *offshore* ou livres. O seu processo de legalização conduziu à criação das rádios locais (Crisell, 1994: 33).

Nos anos 80, quando em Portugal estala o *boom* das piratas, o resto da Europa assiste ao nascimento de uma nova geração: as rádios comunitárias. Emissoras que funcionam sem objetivos comerciais e que procuram servir nichos étnicos, grupos de interesses, populações de áreas geográficas pequenas ou comunidades com problemas de inserção social. A sua legalização nos países europeus ocorre na mesma altura em que, em Portugal, foi publicada a Lei da Rádio<sup>7</sup>.

Embora em estádios diferentes, por toda a Europa as rádios livres, piratas, comunitárias ou alternativas<sup>8</sup> enfrentavam um mesmo

<sup>6</sup> O termo ‘rádio-pirata’ foi, na época, usado no parlamento britânico por um deputado para classificar as rádios que emitiam a partir de navios em águas internacionais: ‘I use the term “pirate” broadcasting because it conveys vividly what these broadcasters are. They operate outsider the law – or so they believe’ (in Peters, 2011: 281).

<sup>7</sup> Em Portugal a Lei da Rádio é omissa quanto às rádios comunitárias.

<sup>8</sup> Estas denominações aparecem nas atas que resumem as comunicações apresentadas pelos representantes de cada país presente no Congresso que criou a FERL, Federação Europeia de Rádios Livres.

problema: a falta de legislação que lhes permitisse serem legais. Na Bélgica, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália ou na então República Federal da Alemanha, as rádios eram perseguidas, encerradas e o equipamento confiscado. No primeiro Congresso da Federação Europeia das Rádios Livres em 1987, reconheceu-se a existência de emissoras ilegais em 11 países europeus, que demonstravam a vitalidade e a diversidade do setor e que ocupavam um novo espaço de expressão (Marcos, 1988) marcado, entre outras características, pelo exercício da cidadania.

Apesar da distância temporal, há dois pontos comuns ao surgimento das rádios livres na Europa e em Portugal: as populações tinham um meio de expressão que não existia nos média instituídos; e a impossibilidade de entidades privadas poderem abrir as suas próprias estações numa Europa que via a rádio como um serviço público ancorado no exemplo da BBC. No caso português foi o dupólio Estado-Igreja que acabou por gerar emissoras alternativas fora da lei (Cordeiro, 2007: 380). O aparecimento das emissões ilegais foi favorecido não só pelo contexto político internacional dominado pela Guerra Fria, como pela política restritiva para o *broadcast* baseada no serviço público, em que a rádio foi construída para “sintonizar” dois conceitos em simultâneo: *‘national family – national broadcast’* (Badenoch, 2013).

A França passou pelo Maio de 68 sem rádios que não as oficiais. A falta de um meio que desse voz aos jovens fez surgir emissoras ilegais. A partir de 1977 estudantes, ambientalistas, associações e sindicatos formaram “rádios livres” cuja missão era a de servir causas (Cheval, 2012). O processo francês é, de resto, muito idêntico ao português, mas desenvolve-se num curto período de tempo, ao contrário do que sucedeu em Portugal. No início da década de 80, no rescaldo da eleição do presidente socialista François Mitterand, as “rádios livres” são legalizadas como locais. Primeiro como associativas sem fins comerciais, depois a lei foi-se tornando progressivamente mais

liberal e admitiu rádios locais privadas comerciais (Cheval, 2012: 95). O caso francês é tido em conta por servir de exemplo a alguns dos piratas lusos ou porque alguns tinham passado por França.

Em Portugal, a década das piratas teve um contexto único em que se conjugaram diversos fatores: crises políticas e eleições sucessivas; a crise económica e as consequentes medidas de austeridade; a entrada na então CEE<sup>9</sup> e a consequente vaga de financiamentos comunitários a projetos, também na área dos média ou da formação profissional; a transição do contexto mediático do duopólio para a liberalização; a formação de uma nova geração de profissionais da rádio, que conjugou os que vieram das emissoras de Angola com os de jornalismo do ensino superior público e privado, com os recém-formados dos cursos profissionais, e com a “aprendizagem da prática” dos amadores das piratas; a acessibilidade aos equipamentos de produção e emissão, e também, a unanimidade transversal a todos os partidos que reconheciam a necessidade de regulamentar o setor e licenciar rádios locais. A situação política pós-ditadura é relevante quando se analisa esta época porque as piratas surgem num contexto de amadurecimento da jovem democracia portuguesa (Bonixe, 2012: 324). O seu desenvolvimento e o processo legislativo que conduziu ao licenciamento é, também, resultado do clima político que se viveu no país nos anos 80 e da abertura à Europa.

As rádios piratas foram também o centro de lutas políticas não só a nível nacional, mas também ao nível do poder local que se posicionava para as autárquicas de 1989. As disputas partidárias também se fizeram nas ondas piratas antecipando o papel que as futuras rádios locais poderiam ter na conquista do eleitorado. A discussão das propostas de Lei da Rádio, assim como de todo o processo de licenciamento foi feito de avanços e recuos conforme o calendário eleitoral da década de 80: eleições autárquicas (1985 e 1989);

---

<sup>9</sup> Comunidade Económica Europeia, agora UE, União Europeia

eleições presidenciais em que Soares sucede a Eanes (1986); três eleições legislativas, fruto da crise política que antecedeu a aliança PS/PSD (1983), a crise do Bloco Central que conduziu à dissolução do Parlamento e antecipação das eleições, ganhas pelo PSD (1985), e da queda do governo minoritário de Cavaco Silva que renovou o mandato mas com maioria absoluta (1987); e as primeiras eleições europeias realizadas em Portugal (1989). A Lei da Rádio, o concurso e as licenças atribuídas foram alvo de acesas discussões nos média da época, que amplificaram as vozes dos que associaram o resultado final do concurso à cor da força política que detinha o poder.

O contexto mediático dos anos 80 também foi favorável à proliferação das piratas: a expansão do setor com o surgimento de novas publicações; a descentralização das redações de jornais e rádios com a abertura ou reforço de delegações e períodos de emissão autónomos; a preparação para o arranque da televisão privada, e o anúncio da privatização de alguns dos jornais detidos pelo Estado e da Rádio Comercial. Este novo contexto reforçou também a informação local. Esse foi um elemento de ligação entre as novas rádios e as populações, nomeadamente, a informação local desportiva, esquecida pelo duopólio radiofónico e pelos média nacionais. Como já foi referido, o poder local teve também a sua quota-parte na construção deste processo ao aperceber-se de que a rádio podia ser um aliado na conquista do eleitorado. Aliás, algumas autarquias cedo estabeleceram ligações às estações dos seus concelhos, por vezes, financiando-as. A propriedade das emissoras piratas era diversa: pequenas empresas, igreja, jornais locais, clubes de futebol, associações culturais e desportivas (Bonixe, 2014) e até empresas de publicidade (Marcos, 1988).

A formação dos profissionais da rádio é outro fator relevante. De Angola tinham vindo alguns dos nomes que lideraram projetos piratas ou pós-legalização e que trouxeram uma visão diferente de fazer rádio da que existia na metrópole: menos formal, mais criativa, mais próxima do ouvinte. De realçar, ainda, que é na década de 80 que

saem os primeiros licenciados dos cursos superiores de jornalismo de Lisboa e do Porto<sup>10</sup>. A estes juntam-se os que frequentaram os cursos de formação ministrados pelas rádios ou centros que agregavam profissionais que também estavam nas piratas. E, já por si, as piratas formaram, na ‘tarimba’, uma geração de jornalistas, técnicos, sonoplastas e animadores que, mais tarde, se disseminou pelas redações das televisões, dos jornais e das rádios. É, aliás, em finais da década de 80, que se assiste a uma renovação da profissão nas rádios com a entrada de jovens nas redações. Entre 1988 e 1989, o número de profissionais de rádio duplicou, e na transição das piratas para a legalização das locais, 1987-91, a rádio passou de 53 para 268 profissionais registados na Comissão da Carteira Profissional (Rebelo, 2011).

No processo que conduziu às rádios locais, Azevedo (2001) distingue três gerações: a primeira dos ‘entusiastas amadores’, a segunda marcada pelo interesse dos poderes locais e a terceira em que surgem projetos mais estruturados e profissionais. Apesar de diferentes tinham em comum o facto de serem alternativas, autónomas e participativas. Para Bonixe (2012) houve dois períodos distintos: o primeiro de 1977 a 1984, marcado pela ‘carolice’, e o segundo de 1985 a 1988, marcado por projetos mais consistentes e de maior dimensão. A par das rádios de ‘vão-de-escada’ feitas por voluntários há as que têm uma estrutura profissional.

O novo cenário radiofónico foi abordado no Colóquio “60 anos da Rádio em Portugal” em 1985, no qual vários conferencistas classificaram as rádios locais como sendo o “futuro” e um “processo imparável” (Serejo, 2001: 91). O peso das piratas nas audiências era já aferido em sondagens. Dados da época revelados pela Norma, e publicados nos jornais, indicavam que em algumas zonas do país ultrapassavam as audiências das nacionais: 18% para as piratas no

---

<sup>10</sup> A nível universitário o primeiro curso superior de Comunicação Social em Portugal surge em 1979 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e um ano depois o do Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; no Porto Escola Superior de Jornalismo abre em 1985; o Cenjor em Lisboa abre em 1986.



litoral norte (Queirós, 2011: 25), e, em 1988, as rádios com cobertura nacional detinham cerca de 60% da audiência enquanto as locais/regionais registavam mais de 20% no total do país (Maia, 1995: 329).

Escreve Santos (2005: 141) que “o fenómeno das rádios livres ou piratas e a sua consequente legalização trouxe novas propostas, equipas proprietárias e dirigentes (...) fragmentou mas dinamizou o mercado nacional”. Apesar de terem tido grande impacto nas práticas jornalísticas e na estrutura das empresas radiofónicas, obrigando a uma reestruturação de formatos e conteúdos, a hegemonia dos dois grandes grupos não foi ameaçada. A rádio estatal e a emissora católica permaneceram no cenário radiofónico disputando as audiências com as pequenas estações. Mas, antecipando o efeito das locais na conquista dos ouvintes, quer a RDP quer a RR abriram, a partir de 1985, delegações em todo o país para descentralizar a programação e informação.

Não há registos sobre o real número de rádios a emitirem antes da legalização. Estimam-se em centenas, muitas com emissões regulares, outras com as intermitências próprias dos projetos amadores e feitos com poucos recursos, outras, ainda, tão fugazes quanto o meio em que nasceram. Os números oficiais também divergem. Em fevereiro de 1984, o então Secretário de Estado das Comunicações, Raúl Junqueiro, afirmou numa reportagem da RTP que tinham entrado 360 pedidos de licenciamento na Direção Geral da Comunicação Social. Dias depois, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado, Anselmo Rodrigues, disse ter conhecimento de 108 pedidos. Afirmações proferidas no Parlamento, quando o governo socialista foi interpelado<sup>11</sup> por um deputado comunista sobre a autorização dada às Forças Armadas Norte-Americanas do Comando de Forças Conjunto da NATO em Oeiras para colocarem no ar uma rádio<sup>12</sup> – um

<sup>11</sup> Reunião plenária de 2 de Março de 1984

<sup>12</sup> A autorização para emissão, pelas Forças Armadas Norte-Americanas, foi concedida em 22 de Julho de 1980 pelo anterior governo. Esta rádio destinava-se, segundo Anselmo Rodrigues “exclusivamente a fins recreativos, abrangendo música, cultura, desporto e noticiário dos Estados Unidos para pessoal de Comiberlant”, da Nato em Oeiras.

facto que na época gerou polémica uma vez que já se discutia a legislação para o setor e se preparava a legalização das piratas.

A imprensa reportava a existência de entre 400 a 800 estações ilegais<sup>13</sup>. Na ausência de legislação, os Serviços Radioeléctricos dos CTT apreenderam equipamentos sobretudo das rádios que interferiam nas emissões das legais (Santos, 2005: 139), mas, na reta final das piratas a fiscalização abrandou e passou apenas a reportar a localização das estações à Secretaria de Estado da Comunicação Social (Azevedo, 2001: 117).

### DAS PIRATAS PIONEIRAS ÀS RÁDIOS LOCAIS LICENCIADAS

As piratas ganham expressão e defensores em todos os quadrantes da sociedade portuguesa. Os jornais ampliaram o que se passava dentro dos estúdios dando voz aos que reivindicavam a legalização e regulamentação das rádios livres. É nessas histórias dos pioneiros que agora nos focamos.

A primeira rádio pirata de que se tem conhecimento é a Rádio Juventude em 1977. A partir de Odivelas emitia apenas algumas horas ao fim-de-semana. Dois anos mais tarde, a Juventude dá lugar à Rádio Imprevisto que, segundo um dos seus fundadores<sup>14</sup>, funcionava em “género toca-e-foge”, ou seja, transmitia duas horas e depois, para fugir à fiscalização, estava um ou dois dias sem emissão. Tinha informação local, discos pedidos, telefonemas no ar e tudo era feito a partir de casa de José e Hermínia Farinha: “(...) o estúdio era num armário embutido na sala que tinha deixado de ser guarda-vestidos para ser estúdio” e onde estavam a mesa de mistura, o gira-discos e a régie. Quando a fiscalização apreendeu o material, passaram a emitir a partir do carro do casal, uma espécie de rádio móvel para

<sup>13</sup> Em 87 Azevedo (2001:121) dá conta de 419 estações e na altura do encerramento o Diário de Notícias escreve que seriam 700 e o Jornal de Notícias fala em 800.

<sup>14</sup> In “Rádios Piratas: Um “Imprevisto” pioneiro”, in JPN. Acedido em [http://jpn.c2com.up.pt/2014/06/02/radios\\_piratas\\_um\\_imprevisto\\_pioneiro.html](http://jpn.c2com.up.pt/2014/06/02/radios_piratas_um_imprevisto_pioneiro.html)

não serem detetados. A Imprevisto ainda se constituiu em cooperativa e concorreu ao licenciamento, mas não foi legalizada.

No Porto, a Caos foi fundada em 1981<sup>15</sup> e começou a emitir um ano depois. Assumiu-se como uma alternativa às emissoras legais, com música diferente da que se ouvia nas ondas legais e com informação local. Os estúdios moviam-se pela cidade para escaparem à fiscalização e os ouvintes “sabiam de cor os dias e as horas em que é preciso procurar na frequência conhecida boca a boca, a informação alternativa”<sup>16</sup>. Num sótão forrado a caixas de ovos de papelão alinhavam-se discos e papéis e, sob o microfone, a frase “Você está a sintonizar aquilo que não devia” – o cenário está descrito numa reportagem do semanário Expresso em 1983. Nela, a equipa fundadora assumiu ser contra a “macrocefalia que vigora na rádio portuguesa”, e querer dar “expressão ao poder da fantasia e do maravilhoso, quebrando os dogmas conservadores que atrofiaram a radiodifusão portuguesa”. Nesta e noutras reportagens a Caos rejeita o estatuto de pirata que lhe é imposto pela lei: “Não curtimos o carisma de clandestinidade”; é pela descentralização e tende “gradualmente a ser uma rádio local”. Fechou os microfones em 1989 para não voltar às ondas hertzianas.

A TSF deu os primeiros passos em 1981 quando foi constituída uma cooperativa de profissionais que preparou as emissões feitas no ano de 1984. A primeira emissão em contínuo arranca no início de 1988 levando aos ouvintes uma rádio “mergulhada na febre do direto”, como descreve o jornalista Sena Santos<sup>17</sup>. A equipa era formada por jornalistas oriundos das rádios nacionais, outros vindos de Angola, como Emídio Rangel que liderou o projeto, e por gente nova no meio que tinha frequentado os cursos de formação da TSF. Rapidamente conquistou audiências e ganhou o Prémio Gazeta do Clube de Jornalistas de Rádio pela cobertura em direto do incêndio no Chiado, em Agosto de 1988, apesar de, nessa altura, não estar

<sup>15</sup> A data consta do processo enviado ao concurso para a atribuição das frequências locais.

<sup>16</sup> In “Caos: o desejo de comunicar”, Expresso, edição de 2.07.1983

<sup>17</sup> Texto inserido no livro comemorativo dos 20 anos da TSF “Tão perto do Mundo”.

licenciada. O jornalista Nuno Roby relatou as primeiras horas do incêndio: “A emissão durou o dia todo. A TSF existia apenas há alguns meses mas a sua redação estava mais do que preparada para uma cobertura global. Não sei se até esse dia (...) qualquer rádio fizera algo semelhante”<sup>18</sup>.

Em 1981, A Rádio Antena Livre fez as primeiras emissões na cave de uma casa na aldeia de Arreciadas, Abrantes, mas também emitiu de outros locais do distrito de Santarém para fugir à fiscalização<sup>19</sup>. A RAL foi a aglutinadora dos três encontros de rádios livres que se realizaram em Abrantes e que reuniu radialistas de todo o país e deputados. Um dos fundadores acredita que “isso foi decisivo para a elaboração dos primeiros projetos de lei”<sup>20</sup>. Foi, aliás, António Colaço quem entrevistou o Presidente da República Ramalho Eanes, em 1984, naquela que seria a primeira entrevista de uma alta figura do Estado a uma rádio pirata. O facto foi interpretado como um sinal de apoio.

A Rádio Livre Internacional começou por emitir em Lisboa em 1981, mas vai depois para Coimbra. Tinha uma forte influência francófona já que um dos nomes ligados à sua fundação veio de França. A RLI associou-se desde logo aos estudantes. Um dos seus colaboradores, Américo Mascarenhas, encontra uma razão para isso: “A rádio ainda tinha esta mística de papel na educação”<sup>21</sup>.

Em Braga, Coimbra e no Porto os estudantes universitários criaram núcleos de rádio com o apoio político e financeiro dos respetivos reitores. Em Braga foi fundado o Centro Experimental de Rádio Universitária, mais tarde designada de RUM. A ideia tinha sido discutida numa Reunião Geral de Alunos em pleno clima de contestação ao aumento dos preços nas cantinas. Dar voz aos alunos foi um dos

<sup>18</sup> Texto inserido no livro comemorativo dos 20 anos da TSF “Tão perto do Mundo”

<sup>19</sup> “30 anos de Rádio Antena Livre”, in TvTejo, Janeiro de 2010

<sup>20</sup> “Rádios Piratas: Quando as rádios livres deixaram de o ser” in JPN, acedido em [http://jpn.cz.com.up.pt/2014/06/02/radios\\_piratas\\_quando\\_as\\_radios\\_livres\\_deixaram\\_de\\_o\\_ser.html](http://jpn.cz.com.up.pt/2014/06/02/radios_piratas_quando_as_radios_livres_deixaram_de_o_ser.html)

<sup>21</sup> “Já não há rádios pirata, mas era fixe se ainda houvesse”, in Vice, acedido em <http://www.vice.com/pt/read/ja-nao-ha-radios-pirata-mas-era-fixe-se-ainda-houvesse>

objetivos da RUM que abriu em 1984 com o apoio do então Reitor João de Deus Pinheiro.

A RUC de Coimbra tem raízes na década de 40, quando o Centro Experimental de Rádio era responsável por emissões internas. Em 1983 formalizou um Pedido de Licenciamento de uma Estação Emissora. Três anos mais tarde foi constituída a Rádio Universidade de Coimbra com a presença do reitor Rui Alarcão. A RUC foi também ela criada para divulgar os “problemas e os temas sobre educação” e “fomentar o relacionamento entre os estudantes e a população”<sup>22</sup> da cidade.

A RUP nasce da iniciativa de dois estudantes de Engenharia Geográfica que se juntaram à Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Foi do topo desse edifício que fizeram a primeira emissão em 1986, com a presença do reitor Alberto Amaral. Um dos seus nove diretores (um por cada faculdade da UP) reconhece que a rádio potenciava as reivindicações dos estudantes. Por isso, João Bonucci reconhece<sup>23</sup> que a comunidade académica acabou por compreender que o papel de uma rádio universitária é “extremamente importante para defender alguns interesses dos estudantes”.

Colocados no ar os primeiros projetos, as rádios começaram a organizar-se para constituir grupos de pressão que levassem à sua legalização. A 29 de maio de 1983, quatro rádios organizaram o 1º Encontro Nacional na Junta de Freguesia de Canelas, em Vila Nova de Gaia. É a partir daqui que é formada a Comissão Coordenadora das Rádios Livres Portuguesas e é também a partir desta altura que se sucedem um pouco por todo o país encontros do género. Um dos mais mediáticos realizou-se em junho de 1984 quando a Rádio Livre de Lisboa reuniu cerca de 60 personalidades em favor das rádios livres (Silva e Oliveira, 2014: 28).

<sup>22</sup> História da Rádio Universidade de Coimbra, site da RUC

<sup>23</sup> In “RUP: A liberdade de uma rádio pirata”, JPN, acedido em [http://jpn.c2com.up.pt/2014/06/10/rupt\\_a\\_liberdade\\_de\\_uma\\_radio\\_pirata.html](http://jpn.c2com.up.pt/2014/06/10/rupt_a_liberdade_de_uma_radio_pirata.html)

Em 1987, as piratas fazem-se representar no Congresso Internacional de Rádios Livres organizado pela Federação Europeia de Rádios Livres. Luís Humberto Marcos foi a Estrasburgo e encontrou duas realidades distintas: “Já não havia nenhum país que tivesse tantas rádios livres como Portugal. Cá, as rádios tinham surgido como cogumelos espalhados por todo o país. Não tínhamos uma entidade agregadora das rádios, estávamos num espaço de grande liberdade”<sup>24</sup>. Luís Humberto fazia parte do CFJ (Centro de Formação de Jornalistas do Porto) que, mais tarde, havia de integrar uma candidatura a uma frequência local da cidade, a Cultinfor<sup>25</sup>.

Em vésperas da publicação da Lei da Rádio, o CFJ organizou o Encontro Rádios Locais. Quatro deputados (PSD; PS; ID<sup>26</sup>; PCP) responderam a perguntas de dezenas de ‘profissionais piratas’. Parte das intervenções registadas nas atas mostram preocupação pelo risco de partidarização na distribuição das frequências. Uma opinião partilhada pelo Sindicato de Jornalistas que, no final desse ano, tomou uma posição pública sobre a Lei da Radiodifusão considerando que “vem, apenas, demonstrar que o Governo não admite rádios privadas se não tiver a garantia que as pode controlar”<sup>27</sup>. A crítica dirigiu-se, sobretudo, à constituição da Comissão Consultiva da Rádio que vai atribuir os alvarás, mas alude também ao favoritismo em relação à RDP e RR, alvos de tomadas de posição anteriores por causa da atribuição de frequências nacionais: “Estrangulam-se projetos profissionais coartando a possibilidade de alternativa à pesada, envelhecida e oficiosa rádio do Estado”.

O fenómeno das piratas foi acompanhado pelos jornais com mais ou menos destaque consoante as publicações. Nos meses de novembro e dezembro de 1988 e de fevereiro e março de 1989,

<sup>24</sup> Rádios Piratas: Dos vãos de escada aos estúdios, in JPN, acedido em [http://jpn.czcom.up.pt/2014/06/02/radios\\_piratas\\_dos\\_vaos\\_de\\_escada\\_aos\\_estudios.html](http://jpn.czcom.up.pt/2014/06/02/radios_piratas_dos_vaos_de_escada_aos_estudios.html)

<sup>25</sup> Da Cultinfor fazia também parte, além do CFJ, a Fundação Eng. António Almeida

<sup>26</sup> ID, Intervenção Democrática

<sup>27</sup> Tomada de posição do SJ em 16 de Novembro de 1988

o Jornal de Notícias e o *Se7e* publicaram reportagens, notícias e artigos de opinião sobre o assunto. Ambos integravam nos seus quadros alguns ‘piratas’ ou elementos que viriam a concorrer aos alvarás locais. Apesar de o *Correio da Manhã* fazer parte do grupo que detinha a *Correio da Manhã Rádio*, o jornal não deu especial relevo ao assunto, nem mesmo conhecida a decisão de dar à CMR a maior frequência de Lisboa. O jornal limitou-se a uma notícia breve e à publicação da lista das rádios legalizadas, não abrindo espaço para a polémica entretanto instalada. O ainda estatal *Diário de Notícias* também não deu grande espaço ao assunto que, algumas vezes, ocupou os últimos parágrafos de alguma notícia sobre a RDP, o setor estatal dos média, ou declarações de membros do Governo. No entanto, quer o *Se7e* quer o *CM* incluíram as piratas na página do roteiro da programação radiofónica: o *CM* apenas com a programação diária da CMR e as nacionais; o *Se7e* criou a secção ‘Rádios Livres’ com as emissoras de Lisboa e do Porto que surgiam a par das nacionais. De referir ainda que é no *Se7e* que se encontra, com frequência, publicidade das piratas.

No verão de 1988, foi publicada a Lei da Rádio prometida desde a Revolução, e foi aberto concurso para atribuição de frequências para rádios locais que tiveram de encerrar as emissões até à meia-noite do dia 24 de dezembro<sup>28</sup>, sob pena de serem excluídas do processo de licenciamento. O comunicado do Conselho de Ministros justificou o encerramento como um “garante do respeito pela imparcialidade” da Comissão Consultiva da Rádio que ia avaliar os pedidos de licenciamento. Esta diretriz suscitou ainda mais polémica e as piratas reagiram: a 17 de novembro cerca de duas centenas e meia de rádios uniram-se numa emissão conjunta nacional em protesto contra o período do silenciamento. A partir dos estúdios da TSF, em Lisboa, foi feita uma cadeia nacional. Dois dias antes, o semanário *Se7e* publicou um anúncio de página inteira com a lista de todas

<sup>28</sup> Ponto 3 do artigo 9º do Decreto-Lei 338/88 (Atribuição de alvarás e licenciamento de estações emisoras de radiodifusão sonora)

as rádios e explicou como funcionava a ligação entre as emissoras: “A emissão em cadeia ‘O Dia da Rádio’, é tanto mais espectacular quanto é certo apenas ser possível devido ao facto de a captação e posterior difusão do sinal emitido a partir dos estúdios da TSF em Lisboa ser feita Rádio a Rádio por todo o país, de norte a sul. Ou seja, basta uma falhar para a cadeia quebrar”<sup>29</sup>. Entre as sete e as 20 horas recriou-se o ambiente de um debate parlamentar, com deputados de todos os partidos, figuras públicas e dos média e alguns nomes da política europeia como a eurodeputada Simone Veil e o filósofo Edgar Morin, que nessa semana estavam em Portugal. “Emissão gigante de rádio teve adesão não esperada” foi o título do Jornal de Notícias que deu conta que a emissão tinha ido para lá das 20 horas, mas a par das adesões de última hora, também noticiou que outras se tinham demarcado da iniciativa. Com menos destaque, o Diário de Notícias resumiu o assunto nos parágrafos finais de outra notícia relativa aos média e referiu que a emissão teria “coberto em grande parte o auditório do país”.

A 24 de dezembro de 1988 calaram-se todas as rádios piratas. Muitas, para sempre. “Agora é o som do dinheiro” tituló o JN, porque muitas não dispunham de recursos técnicos, humanos e financeiros para fazer a candidatura e profetizou: “Centenas de rádios vão morrer logo à noite (...) restarão as rádios claramente mais fortes e os projectos novos, sofisticados, apoiados por grupos económicos de grande dinâmica empresarial”. Em resposta à crítica de que o processo de candidatura ao alvará era dispendioso, o Ministro-Adjunto e da Juventude justificou que isso era o reconhecimento de um processo “justo e transparente que vai escolher os mais capazes e com mais qualidade”<sup>30</sup>. Em entrevista ao jornal, Couto dos Santos afirmou que este era “o momento zero” e que 1989 seria “um ano histórico, de grande viragem e afirmação dos projectos de qualidade”.

<sup>29</sup> “Mais de 200 emissoras contra o silêncio”, in *Se7e* de 16 de Novembro de 1988

<sup>30</sup> Entrevista de Couto dos Santos ao JN a 24 de Dezembro de 1988



No dia de Natal, o Diário de Notícias e, um dia depois, o Correio da Manhã, fizeram notícia com uma entrevista que o Bispo de Setúbal deu a uma rádio local e na qual, D. Manuel Martins condenou o Governo por ter escolhido o dia 24 para fechar as piratas: “o dia do diálogo e da fraternidade para tirar a voz às populações, à nossa pobre gente que precisa destes canais para se fazer ouvir”<sup>31</sup>. Ainda no dia 26, o CM chamou à primeira página uma entrevista com o Secretário de Estado, Albino Soares, em que este garantia que as licenças seriam conhecidas antes do Carnaval e que a decisão final cabia inteiramente ao Governo<sup>32</sup>. O Se7e voltou a falar das piratas no balanço do ano sob o título “Rádio reinou em Portugal”. O Diário de Notícias e o Correio da Manhã publicaram poucas e breves notícias sobre o assunto ao contrário do JN que publicou várias reportagens sobre as rádios no Grande Porto, a que não será alheio o facto de ter jornalistas e chefias envolvidos em dois projetos apresentados ao concurso de licenciamento: Rádio Jornal de Notícias e Alfapress<sup>33</sup>.

O prazo das candidaturas terminou a 3 de janeiro de 1989 e logo em fevereiro foram conhecidas algumas rádios legalizadas, entre elas as de Lisboa e do Porto, embora o Despacho Conjunto só fosse publicado em março. Se as críticas à lei e à regulamentação do concurso já tinham provocado polémica, elas subiram de tom com a atribuição das frequências nas duas principais cidades do país. “Rádios Locais - O escândalo alastra” foi o título do JN<sup>34</sup> que destacou os dois pontos de discórdia: a constituição da Comissão Consultiva da Rádio e o conceito de ‘profissionais’ que teria uma aceção mais ampla. A estes juntou-se o conhecimento de que o relatório final da

<sup>31</sup> Edição do DN de 25 de Dezembro de 1988 e do CM de 26 de Dezembro.

<sup>32</sup> “Rádios Livres já tocarão no Carnaval” in Correio da Manhã de 26 de Dezembro de 1988.

<sup>33</sup> Estes dois projetos ficaram respetivamente em 9º e em 12º lugares no resultado do concurso dos alvarás na cidade do Porto; há ainda um terceiro que integrou jornalistas, o da Cultinfor, ligado ao CFJ, Centro de Formação e Jornalistas.

<sup>34</sup> Notícia de 21 de Fevereiro de 1989.

Comissão teria sido alterado, ou seja, de que os vencedores dos alvarás não eram os inicialmente selecionados<sup>35</sup>.

Em Lisboa, ficou em primeiro lugar a Presselivre da qual fazia parte um dos membros da Comissão e que ocupou a maior frequência com a Correio da Manhã Rádio. No Porto, ficou a Rádio Nova da Sonae e, em segundo, a Rádio Press à qual estava também ligado um dos elementos da Comissão. A TSF ficou com a segunda frequência de Lisboa, mas no Porto foi excluída, ficou em sétimo lugar, depois da Rádio Universidade do Porto.<sup>36</sup>

Os projetos derrotados esgrimiram argumentos contra os que venceram, foram apresentados recursos e protestos. Os média deram voz à contestação, mas também ao regresso à antena das rádios já conhecidas e à apresentação dos novos projetos que ao longo do ano de 1989 foram (re)ocupando o espaço radioelétrico. Depois da batalha pela legalização as agora rádios locais tiveram de começar a lutar pela sobrevivência económica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Azevedo, A.P. (2001), As rádios locais no pós-25 de Abril. *Observatório*, 4, 113-122.

Badenoch, A. (2013). Between Rock and Roll and a Hard Place: 'Pirate' Radio and the Problems of Territory in Cold War Europe. In C. Henrich-Franke; A. Fickers & A. Badenoch (eds), *Airy Curtains in the European Ether: Broadcasting and the Cold War*, Berlim: Nomos. Acedido em [https://www.academia.edu/4660257/Between\\_Rock\\_and\\_Roll\\_and\\_a\\_Hard\\_Place\\_Pirate\\_Radio\\_and\\_the\\_Problem\\_of\\_Territory\\_in\\_Postwar\\_Europe](https://www.academia.edu/4660257/Between_Rock_and_Roll_and_a_Hard_Place_Pirate_Radio_and_the_Problem_of_Territory_in_Postwar_Europe)

Bonixe, L. (2012). As rádios locais em Portugal – da génese do movimento à legalização. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9(2), 313-325.

<sup>35</sup> Notícia do JN a 18 de Fevereiro de 1989 “Projectos de Jornalistas preteridos pela Comissão” e de 23 de Fevereiro de 1989 “ Governo não pode ficar indiferente aos atropelos à verdade e legalidade”.

<sup>36</sup> Das seis frequências da capital ficou excluída, por exemplo, a Rádio Universitária de Lisboa. Os cinco alvarás do Porto incluíram algumas das piratas como a Activa (3º) Festival (4º) ou a Placard (5º). A histórica Caos foi excluída (9º). Em Lisboa, ficaram a Sociedade Franco Portuguesa de Comunicação (3º), o Terceiro Canal (4º), a Coopmídia (5º) e a Radiogeste (6º).

- Bonixé, L. (2014). O local como especialização - as rádios locais portuguesas enquanto espaço para a comunicação de proximidade. In *I Congresso de Estudos Rurais do Norte Alentejano “O Futuro do Mundo Rural em Questão”*. Acedido em [http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/5287?mode=full&submit\\_simple=Mostrar+registo+em+formato+completo](http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/5287?mode=full&submit_simple=Mostrar+registo+em+formato+completo)
- Cheval, J.J. (2012). French Radio, from the Eiffel Tower to “Postradio”. In J. A. Hendricks, *The Palgrave Handbook of Global Radio* (pp. 92-108). Londres: Palgrave Macmillan.
- Cordeiro, P. (2007). *Estratégias de programação na rádio em Portugal: o caso da RFM na transição para o digital*. Tese de Doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Crisell, A. (1994). *Understanding Radio*. Londres: Routledge.
- Maia, M. (1995). *Telefonia*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Marcos, L.H. (1988). *Rádios Locais, a lei e a realidade*. Porto: Centro de Formação de Jornalistas.
- Peters, K. (2011). Sinking the radio ‘pirates’: exploring British strategies of governance in the North Sea, 1964–1991. *Area*, 43(3), 281–287.
- Queirós, J.S. (2011). *20 Anos ao serviço das Rádios Locais*. Porto: Aric
- Rebello, J. (Org.) (2011). *Ser jornalista em Portugal, perfis sociológicos*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, A. & Lima, H. (2014). Os Militares da Revolução de Abril de 1974 e a Rádio: “Aqui posto de comando do MFA”. In *Atas XXXVII Intercom 2014*. Brasil. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0586-1.pdf>
- Ribeiro, N. (2001). Momentos marcantes da história da Rádio Renascença (1937-1987). *Observatório*, 4, 97-112.
- Roby, N. (2008). 1998 \_Incêndio do Chiado, a Room with a view. In *Tão perto do Mundo, 20 acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio* (pp. 13-17). Prime Books.
- Santos, F.S. (2008). O dia de fogo. In *Tão perto do Mundo, 20 acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio* (pp. 18-25). Prime Books.

- Santos, R. (2003). Rádio Clube Português – Da escassez de frequências à grande importância no meio radiofónico nacional (1931-1936). *Media & Jornalismo*, 3, 51-66.
- Santos, R. (2005). *As Vozes da Rádio 1924-1939*. Lisboa: Caminho.
- Serejo, F. (2001). Rádio – do marcelismo aos nossos dias (1968-1990). *Observatório*, 4, 65-95.
- Silva, E.C & Oliveira, M. (2014). A linguagem do local e as rádios piratas – memória do episódio ‘marcianos em Braga’. *Revista Media e Jornalismo*, 24, 25-37.
- Sousa, H. (2002) The Liberalisation of Media and Communications in Portugal. In S. Syrett (Coord.), *Contemporary Portugal, Dimensions of economic and political change*, Hampshire (UH) & Burlington (USA), Ashgate. Acedido em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2692>.
- Starkey, G. (2011) Directo e local nunca mais? As comunidades de ouvintes e as tendências de globalização na propriedade e produção de rádios locais. *Revista Comunicação e Sociedade*, 20, 157-172.